

# FUTURO – PREVIDÊNCIA PRIVADA

CNPJ. Nº 92.812.098/0001-08

Sede: Rua Furriel Luiz Antônio de Vargas, 250 – Sala 1301 – Porto Alegre/RS – Fone (51) 2042-0147

## **RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

Cumprindo determinações legais e estatutárias em vigor a FUTURO PREVIDÊNCIA PRIVADA apresenta aos Senhores Conselheiros, às autoridades competentes, aos nossos participantes e ao público em geral as Demonstrações Financeiras e o Relatório dos Auditores Independentes, relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, comparativas com 31 de dezembro de 2024.

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados – (SUSEP), incluindo as normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados – (CNSP), acompanhadas das respectivas Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes, tendo por base a Circular SUSEP nº. 648, de 12 de novembro de 2021, vigorando a partir de 03 de janeiro de 2022.

Política de Reinvestimento – Os resultados apurados, quando positivos são incorporados ao patrimônio da Entidade, em aplicações financeiras, em melhorias de informação e de comunicação, em equipamentos e em treinamento de pessoal com o objetivo de melhorar sempre a apresentação de serviços aos nossos associados.

Perspectivas e planos da administração – A Entidade, através de seus administradores vem desenvolvendo juntamente com as áreas técnicas e comercial novos produtos que irão atender uma demanda mais atual dos consumidores, com o objetivo de ampliar o seu campo de atuação no mercado previdenciário.

GELINIBERTI  
FERNANDES DE  
AGUIAR:3703100  
7704

Assinado de forma  
digital por  
GELINIBERTI  
FERNANDES DE  
AGUIAR:37031007704

A Administração

Geliniberti Fernandes de Aguiar  
CPF: 370.310.077-04  
Diretor Presidente

# FUTURO – PREVIDÊNCIA PRIVADA

CNPJ 92.812.098/0001-08

## BALANÇOS PATRIMONIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 31 DE DEZEMBRO DE 2024

### ATIVO

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
<b>CIRCULANTE</b>		<b>43.968.746,74</b>	<b>60.733.644,61</b>
<b>DISPONÍVEL</b>		<b>3.285.232,36</b>	<b>2.757.226,94</b>
BANCOS	"2.b"	3.285.232,36	2.757.226,94
<b>APLICAÇÕES</b>		<b>40.237.496,95</b>	<b>56.545.680,22</b>
TÍTULOS DE RENDA FIXA - PÚBLICOS	"2.c" e "3.a"	1.048.945,31	0,00
QUOTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTOS	"2.e"	39.188.551,64	56.545.680,22
<b>CRÉDITO DAS OPERAÇÕES</b>		<b>737,30</b>	<b>0,00</b>
VALORES A RECEBER - PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR		737,30	0,00
<b>TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER</b>	"4"	<b>445.280,13</b>	<b>1.430.737,45</b>
CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS		5.747,93	4.775,38
OUTROS CRÉDITOS		394.730,23	1.425.962,07
DESPESAS ANTECIPADAS		44.801,97	0,00
<b>NÃO-CIRCULANTE</b>		<b>2.891.226,71</b>	<b>3.658.933,29</b>
<b>REALIZÁVEL À LONGO PRAZO</b>		<b>2.891.226,71</b>	<b>3.658.933,29</b>
<b>APLICAÇÕES</b>		<b>379.701,67</b>	<b>1.012.003,84</b>
TÍTULOS DE RENDA FIXA - PÚBLICOS	"2.d" e "3.b"	379.701,67	1.012.003,84
<b>TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER</b>		<b>70.846,98</b>	<b>222.207,70</b>
DEPOSITOS JUDICIAIS E FISCAIS - CÍVEIS	"4"	70.846,98	222.207,70
<b>INVESTIMENTOS</b>		<b>185.477,45</b>	<b>185.477,45</b>
IMÓVEIS NÃO DESTINADOS AO USO PRÓPRIO	"2.f" e "5"	185.477,45	185.477,45
<b>IMOBILIZADO</b>		<b>1.747.530,32</b>	<b>1.583.245,73</b>
BENS MÓVEIS	"2.g" e "6"	1.318.256,24	1.060.488,84
BENFEITORIAS EM IMÓVEIS DE TERCEIROS		429.274,08	522.756,89
<b>INTANGÍVEL</b>		<b>507.670,29</b>	<b>655.998,57</b>
OUTROS INTANGÍVEIS	"2.h" e "7"	507.670,29	655.998,57
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>46.859.973,45</b>	<b>64.392.577,90</b>

## FUTURO – PREVIDÊNCIA PRIVADA

CNPJ 92.812.098/0001-08

### BALANÇOS PATRIMONIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 31 DE DEZEMBRO DE 2024

#### PASSIVO

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
<b>CIRCULANTE</b>		<b>12.874.047,68</b>	<b>7.051.265,05</b>
CONTAS A PAGAR	"2.i" e "8"	351.124,30	4.624.569,94
OBRIGAÇÕES A PAGAR		156.350,09	3.202.501,86
IMPOSTOS E ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER		69.409,46	293.530,34
ENCARGOS TRABALHISTAS		77.213,43	625.731,78
IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES		48.151,32	502.805,96
DEPÓSITOS DE TERCEIROS	"9"	11.355.561,07	1.489.420,69
PROVISÕES TÉCNICAS - PREV. COMPLEMENTAR		1.167.362,31	937.274,42
PLANOS NÃO BLOQUEADOS	"2.k" e "10"	1.167.362,31	937.274,42
<b>NÃO-CIRCULANTE</b>		<b>1.180.722,53</b>	<b>348.727,68</b>
OUTROS DÉBITOS		1.180.722,53	348.727,68
PROVISÕES JUDICIAIS	"11"	1.180.722,53	348.727,68
PATRIMÔNIO SOCIAL	"12"	32.805.203,24	56.992.585,17
RESERVAS DE RETENÇÃO DE SUPERÁVITS		73.946,18	60.884,11
SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS		32.731.257,06	56.931.701,06
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>46.859.973,45</b>	<b>64.392.577,90</b>

# FUTURO – PREVIDÊNCIA PRIVADA

CNPJ 92.812.098/0001-08

## DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 31 DE DEZEMBRO DE 2024

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
(+) CONTRIBUIÇÕES PARA COBERTURA DE RISCOS		7.392.123,50	6.088.410,71
RECEITAS DE CONTRIB. - PLANOS NÃO BLOQUEADOS		7.392.123,50	6.088.410,71
(+/-) VARIAÇÕES DAS PROV. TÉCNICAS DE PRÊMIOS		105.140,94	0,00
VARIAÇÕES DAS PROVISÕES TÉCNICAS DE PRÊMIOS		105.140,94	0,00
(-) SINISTROS OCORRIDOS		(92.716,02)	(167.678,63)
PLANOS DE PECÚLIO		(40.467,74)	(32.277,19)
VAR. DA PROV. DE SINISTROS		(52.248,28)	(135.401,44)
(-) CUSTO DE AQUISIÇÃO		(1.241.676,92)	(908.869,22)
DESPESAS DE CUSTEAMENTO DE VENDAS		(1.241.676,92)	(908.869,22)
(+/-) OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	"14"	9.872.670,05	17.704.072,20
(-) DESPESAS ADMINISTRATIVAS	"14"	(24.340.467,38)	(17.750.544,10)
(-) DESPESAS COM TRIBUTOS		(391.214,29)	(1.648.861,84)
(+) RESULTADO FINANCEIRO		(15.491.241,81)	26.425.484,03
RECEITAS FINANCEIRAS		2.603.816,64	26.823.913,45
DESPESAS FINANCEIRAS		(18.095.058,45)	(398.429,42)
(=) RESULTADO OPERACIONAL		(24.187.381,93)	29.742.013,15
(+/-) RESULTADO PATRIMONIAL		0,00	(554,40)
DESPESAS PATRIMONIAIS		0,00	(554,40)
(=) SUPERÁVIT / DÉFICIT DO PERÍODO		(24.187.381,93)	29.741.458,75

## **FUTURO – PREVIDÊNCIA PRIVADA**

CNPJ 92.812.098/0001-08

### **DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DAS ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS NOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE DEZEMBRO 2024**

	RESERVAS DE CONTINGÊNCIAS DE BENEFÍCIO	SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS	TOTAL
<b>Saldo em 31/12/2023</b>	<b>27.033,75</b>	<b>27.224.092,67</b>	<b>27.251.126,42</b>
Transferencia entre contas	33.850,36	(33.850,36)	0,00
Superávit do período	0,00	29.741.458,75	29.741.458,75
<b>Saldo em 31/12/2024</b>	<b>60.884,11</b>	<b>56.931.701,06</b>	<b>56.992.585,17</b>
Transferencia entre contas	13.062,07	(13.062,07)	0,00
Superávit do período	0,00	(24.187.381,93)	(24.187.381,93)
<b>Saldo em 31/12/2025</b>	<b>73.946,18</b>	<b>32.731.257,06</b>	<b>32.805.203,24</b>

## FUTURO – PREVIDÊNCIA PRIVADA

CNPJ 92.812.098/0001-08

### DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS EXERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO 2025 E 31 DE DEZEMBRO DE 2024 – MÉTODO INDIRETO

	31/12/2025	31/12/2024
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
Superávit/Déficit do Período	(24.187.381,93)	29.741.458,75
<b>Ajustes para:</b>		
(+) Depreciações / Amortizações	425.034,29	277.089,25
<b>Variação nas Contas Patrimoniais</b>		
(-) Ativos Financeiros	16.940.485,44	(30.097.861,27)
(-) Créditos de Operações de Previdência Complementar	(737,30)	0,00
(-) Depósitos Judiciais e Fiscais	151.360,72	0,00
(-) Outros Ativos	985.457,32	(1.049.168,77)
(+) Impostos e Contribuições	(454.654,64)	485.254,74
(+) Contas a Pagar	(3.818.791,00)	3.183.618,62
(+) Depósitos de Terceiros	9.866.140,38	9.109,08
(+) Provisões Técnicas - Previdência Complementar	230.087,89	337.644,64
(+) Provisões Judiciais	831.994,85	225.244,40
<b>Caixa Gerado/(Consumido) pelas Operações</b>	<b>968.996,02</b>	<b>3.112.389,44</b>
<b>Caixa Líq. Geraldo/(Consumido) nas Ativ. Operacionais</b>	<b>968.996,02</b>	<b>3.112.389,44</b>
<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		
(-) Imobilizado	(440.990,60)	(505.996,34)
(-) Intangível	0,00	301.034,52
<b>Caixa Líq. Gerado/(Consumido) nas Ativ. De Invest.</b>	<b>(440.990,60)</b>	<b>(204.961,82)</b>
<b>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		
(+/-) Aquisição (Pagamento) de Empréstimos	0,00	(1.626.200,55)
<b>Caixa Líq. Gerado/(Consumido) nas Ativ. De Dinanc.</b>	<b>0,00</b>	<b>(1.626.200,55)</b>
<b>Aum./(Red.) Líquido(a) de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>528.005,42</b>	<b>1.281.227,07</b>
<b>Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício</b>	<b>2.757.226,94</b>	<b>1.475.999,87</b>
<b>Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício</b>	<b>3.285.232,36</b>	<b>2.757.226,94</b>

# **FUTURO – PREVIDÊNCIA PRIVADA**

CNPJ (MF) 92.812.098/0001-08

## **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 31 DE DEZEMBRO 2024**

### **1. CONTEXTO OPERACIONAL**

A FUTURO – Previdência Privada é uma Entidade Aberta de Previdência Complementar sem fins lucrativos, autorizada a operar em todo Território Nacional pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, mantendo operações em todas as Regiões da Federação, com sede na Capital do Estado do Rio Grande do Sul e sua gestão é exercida por diretores eleitos dentre os associados controladores, oriundo do quadro de participantes. As demonstrações contábeis foram apresentadas à Diretoria e aprovadas para a divulgação em 05 de fevereiro de 2026.

### **2. POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS**

#### **a. Base de Preparação**

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis emanadas da legislação societária brasileira, adotando e incorporando as alterações promovidas pela Lei nº. 11.638/07 e Lei nº. 11.941/09, Circular SUSEP nº. 648 de 12 de novembro de 2021 e suas alterações posteriores, além das Normas e Instruções do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. As demonstrações contábeis estão apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pelas Circulares. A entidade não apresenta a demonstração de resultado abrangente em virtude de não haver movimentações para essa demonstração. Os itens incluídos nas informações da entidade são mensurados usando a moeda do ambiente econômico em que atua. As demonstrações contábeis são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Entidade.

#### **b. Caixa e Equivalentes de Caixa**

Caixa e equivalentes de caixa incluem os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, cujos vencimentos originais são de três meses ou menos e com risco insignificante de mudança de valor.

#### **c. Títulos e Valores Mobiliários - Circulante**

O valor de mercado dos Títulos e Valores Mobiliários foi calculado da seguinte forma:

Títulos de Renda Fixa – Públicos: com base no preço unitário da Letra Financeira do Tesouro, divulgado pelo Banco custodiante, Banco Bradesco S/A. Os rendimentos decorrentes da valorização das Letras Financeiras foram registrados no resultado do exercício. A entidade possui em 31 de dezembro de 2025 58 Letras Financeiras do Tesouro, valendo R\$ 1.048.945,31. As aplicações financeiras estão distribuídas conforme quadro detalhado na nota “3 a”, Estes títulos e valores mobiliários são garantidores das Provisões Técnicas e estão custodiados em instituição financeira autorizada pela SUSEP, e foram suficientes para cobrir a necessidade de cobertura das provisões (R\$ 1.167.362,31), quando somado ao valor do longo prazo, nota “2 d”, gera excedente (ativo líquido) de R\$ 261.284,67 em 31/12/2025. Em 31/12/2024 a entidade não possuía títulos de renda fixa público de curto prazo.

#### **d. Títulos e Valores Mobiliários – Não Circulante**

O valor de mercado dos Títulos e Valores Mobiliários foi calculado da seguinte forma:

Títulos de Renda Fixa – Públicos: com base no preço unitário da Letra Financeira do Tesouro, divulgado pelo Banco custodiante, Banco Bradesco S/A. Os rendimentos decorrentes da valorização das Letras Financeiras foram registrados no resultado do exercício. A entidade possui 21 Letras Financeiras do Tesouro, valendo R\$ 379.701,67 em 31 de dezembro de 2025. As aplicações financeiras estão distribuídas conforme quadro detalhado na nota “3 b”, Estes títulos e valores mobiliários são garantidores das Provisões Técnicas e estão custodiados em instituição financeira autorizada pela SUSEP, e foram suficientes para cobrir a necessidade de cobertura das provisões (R\$ 1.167.362,31), quando somado ao valor do curto prazo, nota “2 c”, gera excedente (ativo líquido) de R\$ 261.284,67 em 31/12/2025.

A entidade possuía em 31 de dezembro de 2024 64 Letras Financeiras do Tesouro, valendo R\$ 1.012.003,84, e eram suficientes para cobrir a necessidade de cobertura das provisões (R\$ 937.274,42), gerando excedente (ativo líquido) de R\$ 74.729,42 em 31/12/2024.

#### **e. Quotas de Fundos de Investimentos**

São classificados em: 1) Vinculados a Cobertura de Provisões Técnicas - Títulos Mantidos até o Vencimento: adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. 2) Não Vinculados a Cobertura de Provisões Técnicas – Constituídos por valor aplicado em Fundo de Investimento de Direitos Creditórios. A variação monetária decorrente desta aplicação foi registrada no resultado do exercício.

#### **f. Investimentos**

Refere-se a Imóveis Destinados a Renda, registrados pelos respectivos valores de aquisição e representado por bens imóveis urbanos – terrenos.

#### **g. Imobilizado**

Classificados no Ativo Não Circulante e correspondente aos direitos que tenham por objeto, bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. É demonstrado ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil-econômica estimada dos bens, e ajustado por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

#### **h. Intangível**

Cessões de direito de uso e licenças de uso de software estão contabilizadas no grupo intangível, por se tratarem de bens incorpóreos, destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade. Trata-se de gastos incorridos, que atendem aos critérios de reconhecimento e mensuração para serem ativados, diretamente associados a software identificáveis e únicos. São mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada.

#### **i. Contas a Pagar**

As Contas a Pagar de Fornecedores e Honorários são obrigações referentes a bens e serviços adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como Passivo Circulante por serem obrigações a ser realizadas em período inferior a 12 meses da data base.

#### **j. Demais Ativos e Passivos**

Registrados por seus valores de realização ou de liquidação, acrescidos, quando aplicável, dos rendimentos ou encargos incidentes calculados até as datas dos balanços.

Os valores relativos à partes relacionadas estão distribuídos conforme demonstrativo constante na nota explicativa 8.1.

#### **k. Gerenciamento de Riscos**

A Entidade adota o gerenciamento de riscos de modo descentralizado, de acordo com os níveis de alçada definidos pela Diretoria. A aplicação das diretrizes e normas estabelecidas nos processos é

exercida pelos gestores, baseado em processos de acompanhamento, mensuração e mitigação dos riscos. Os principais riscos aos quais a Entidade está exposta são: **Risco de Mercado** - é acompanhado, aferido e gerenciado periodicamente de maneira a evitar a ocorrência de tais riscos. No tocante aos seus ativos financeiros a Entidade é conservadora, aplicando os valores vinculados a cobertura das provisões técnicas em títulos do Governo Federal; **Riscos de Liquidez** - tem o seu acompanhamento e gerenciamento periódico e associado diretamente ao risco de mercado - Ativos Financeiros. A Entidade tem por preocupação a manutenção de uma política que vise não apenas os níveis mínimos que devem ser observados, mas também em que tipo de aplicações financeiras os recursos devem permanecer aplicados para assegurar os níveis mínimos de liquidez de modo a evitar riscos, e dessa forma não exigir a necessidade de um plano de contingências para situações críticas; e **Risco Operacional** - é acompanhado, monitorado, divulgado e gerenciado permanentemente, durante todo o processo que se inicia com a subscrição de um plano de previdência até o momento de liquidação de um benefício, de forma a eliminar a ocorrência de operações que possam caracterizar-se como de risco.

#### I. Teste de Adequação do Passivo (TAP)

O Teste de Adequação de Passivos – TAP avaliou, na data-base de 31/12/2025, as obrigações decorrentes dos contratos de previdência complementar aberta em cumprimento ao disposto na legislação vigente.

O TAP foi realizado com prudência e objetividade, a partir da utilização de métodos estatísticos e atuariais relevantes, aplicáveis e adequados, baseado em dados atualizados e informações fidedignas fornecidas pela Entidade de onde podemos indicar que a FUTURO PREVIDÊNCIA não tem a necessidade de constituição de PCC.

As premissas adotadas no TAP foram as seguintes:

FIP PLANO	Plano	Processo SUSEP	Persistência ou Taxa de Saída	Despesa Administrativa	Despesa Comercial
10	PECÚLIO	15414.900990/2018-21	0,38%	26,54%	2,61%
12	PECÚLIO	15414.637479/2024-25	0,00%	26,54%	2,61%

Já a taxa de juros utilizada nos Fluxos de Caixa para o cumprimento dos contratos e certificados do Plano de Previdência foi a taxa livre de risco publicada no artigo “Interpolação e Estrutura a Termo da Taxa de Juros para utilização pela Mercado Segurador Brasileiro”, com posição em 12/2025 do IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado). Por fim, as Tábuas Biométricas de referência utilizadas para as estimativas de mortalidade e sobrevivência foram as da linha BR-EMS – 2021, separada por sexo, aplicável na cobertura de morte.

Os resultados dos fluxos elaborados, foram os seguintes:

FIP PLANO	TIPO DE PRODUTO	Carregamento do Plano	Tábua Biométrica	VALOR PRESENTE DO FLUXO DE CAIXA (PCC)
10	Pecúlio por Morte	30%	CSO 1958	(R\$ 38.367.821,28)
12	Pecúlio por Morte	50%	CSO 1958	(R\$ 339.897,11)
<b>TOTAL GERAL</b>				<b>(R\$ 38.707.718,39)</b>
<b>NECESSIDADE DE PCC</b>				<b>Não é necessária</b>

Pelos resultados, a FUTURO não possui a necessidade de constituição de PCC.

### m. Apuração do Resultado

As receitas e despesas foram reconhecidas pelo regime de competência, exceto as receitas de contribuições que são reconhecidas à medida do seu recebimento.

### 3. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

#### a. Circulante

Disponível para negociação	31/12/2025			31/12/2024			Parâmetros Utilizados
	Custo R\$	Mercado R\$	%	Custo R\$	Mercado R\$	%	
Letras Financeiras Tesouro Nacional	1.048.945,31	1.048.945,31	58	0,00	0,00	0	SELIC
<b>Total</b>	<b><u>1.048.945,31</u></b>	<b><u>1.048.945,31</u></b>		<b><u>0,00</u></b>	<b><u>0,00</u></b>		

#### b. Não Circulante

Disponível para negociação	31/12/2025			31/12/2024			Parâmetros Utilizados
	Custo R\$	Mercado R\$	%	Custo R\$	Mercado R\$	%	
Letras Financeiras Tesouro Nacional	379.701,67	379.701,67	21	1.012.003,84	1.012.003,84	64	SELIC
<b>Total</b>	<b><u>379.701,67</u></b>	<b><u>379.701,67</u></b>		<b><u>1.012.003,84</u></b>	<b><u>1.012.003,84</u></b>		

### 4. TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER

	31/12/2025 R\$	31/12/2024 R\$
<b>Ativo Circulante</b>	<b><u>446.017,43</u></b>	<b><u>1.430.737,45</u></b>
Créditos a Receber e Outros Créditos	446.017,43	1.430.737,45
<b>Ativo Não Circulante</b>	<b><u>70.846,98</u></b>	<b><u>222.207,70</u></b>
Depósitos Judiciais	70.846,98	222.207,70

### 5. INVESTIMENTOS

	31/12/2025 R\$	31/12/2024 R\$
<b>Imóveis Urbanos Não Destinados ao Uso Próprio</b>	<b><u>185.477,45</u></b>	<b><u>185.477,45</u></b>
Terrenos Urbanos – Custo de Aquisição	185.477,45	185.477,45

### 6. IMOBILIZADO

O Imobilizado é composto de:

Imobilizado	Custo	Depreciação		Saldo 31/12/2025	Custo	Depreciação		Saldo 31/12/2024
		Acumulada				Acumulada		
Benf. Imóveis 3os.	592.044,72	(162.770,64)		429.274,08	587.788,01	(65.031,12)		522.756,89
Equipamentos	370.826,18	(220.475,07)		150.351,11	370.826,18	(158.888,07)		211.938,11
Móveis, Máquinas e Utensílios.	1.383.077,21	(215.172,08)		1.167.905,13	946.343,32	(97.792,59)		848.550,73
<b>Total</b>	<b><u>2.345.948,11</u></b>	<b><u>(598.417,79)</u></b>		<b><u>1.747.530,32</u></b>	<b><u>1.904.957,51</u></b>	<b><u>(321.711,78)</u></b>		<b><u>1.583.245,73</u></b>

### 7. INTANGÍVEL

Saldo apresentado a Seguir:

Intangível	Custo 31/12/2025	Amortização Acumulada	Custo 31/12/2024	Amortização Acumulada
Outros Intangíveis	742.523,40	(234.853,11)	742.523,40	(86.524,83)
<b>Total</b>	<b><u>742.523,40</u></b>	<b><u>(234.853,11)</u></b>	<b><u>742.523,40</u></b>	<b><u>(86.523,83)</u></b>

## 8. CONTAS A PAGAR

Saldo apresentado a Seguir:

	31/12/2024	31/12/2024
	R\$	R\$
<b>Total</b>	<b><u>351.124,30</u></b>	<b><u>4.624.569,94</u></b>
Obrigações a Pagar	156.350,09	3.202.501,86
Impostos e Encargos Sociais a Recolher	69.409,46	293.530,34
Encargos Trabalhistas	77.213,43	625.731,78
Impostos e Contribuições	48.151,32	502.805,96

8.1 Os valores abaixo compõem o saldo do item “Obrigações a Pagar” desta nota e representam as transações com partes relacionadas, conforme discriminado.

	31/12/2025	31/12/2024
	R\$	R\$
<b>Total</b>	<b><u>14.347,84</u></b>	<b><u>27.697,51</u></b>
Eagle Sociedade de Crédito Direto S/A	0,00	27.392,51
Eagle Instituição de Pagamento Ltda	0,00	305,00
Futuro Serviços Compartilhados	13.730,20	0,00
Verbin Seguros S.A.	617,64	0,00

## 9. DEPÓSITOS DE TERCEIROS

Os valores lançados nesta conta referem-se a valores a repassar a terceiros relativos à arrecadação e cobrança das operações da entidade.

	31/12/2025	31/12/2024
	R\$	R\$
<b>Total</b>	<b><u>11.355.561,07</u></b>	<b><u>1.489.420,69</u></b>
Faixa de Recebimento - De 01 a 30 dias	11.355.561,07	1.489.420,69

## 10. PROVISÕES TÉCNICAS

a. **Cálculo** – Elaborado sob a responsabilidade de consultores atuariais externos contratados pela Entidade, e, com base nas notas técnicas atuariais que deram origem aos planos de benefícios e com observância às normas legais vigentes, apresentando a seguinte composição:

PROVISÕES TÉCNICAS - CP	Saldo em 31/12/2024	Reversão	Constituição	Saldo em 31/12/2025
<b>PLANO NÃO BLOQUEADO - PREVIDÊNCIA TRADICIONAL</b>				
Provisões de Sinistros a Liquidar - PSL	572.019,38	(110.078,37)	312.629,97	774.570,98
Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados - IBNR	243.536,43	(1.177,74)	53.426,02	295.784,71
Provisão de Despesas Relacionadas - PDR	4.840,49	(4.107,83)	9.142,04	9.874,70
Provisão de Resgate e Outros Valores a Regularizar - PVR	116.878,12	(172.238,13)	142.491,93	87.131,92
<b>Total</b>	<b><u>937.274,42</u></b>	<b><u>(287.602,07)</u></b>	<b><u>517.689,96</u></b>	<b><u>1.167.362,31</u></b>

PROVISÕES TÉCNICAS - CP	Saldo em 31/12/2023	Reversão	Constituição	Saldo em 31/12/2024
<b>PLANO NÃO BLOQUEADO - PREVIDÊNCIA TRADICIONAL</b>				
Provisões de Sinistros a Liquidar - PSL	447.663,80	(109,81)	124.465,39	572.019,38
Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados - IBNR	108.134,99	0,00	135.401,44	243.536,43
Provisão de Despesas Relacionadas - PDR	4.617,87	(521,91)	744,53	4.840,49
Provisão de Resgate e Outros Valores a Regularizar - PVR	39.213,12	(4.657,11)	82.322,11	116.878,12
<b>Total</b>	<b>599.629,78</b>	<b>(5.288,83)</b>	<b>342.933,47</b>	<b>937.274,42</b>

#### b. Oferecidos em Cobertura

#### Ativos Oferecidos em Cobertura x Provisões Técnicas

	31/12/2025	31/12/2024
Letras Financeiras Tesouro Nacional	1.428.646,98	1.012.003,84
<b>Ativos Vinculados as Reservas Técnicas</b>	<b><u>1.428.646,98</u></b>	<b><u>1.012.003,84</u></b>
<b>TOTAL DAS RESERVAS TÉCNICAS</b>	<b><u>1.167.362,31</u></b>	<b><u>937.274,42</u></b>
<b>TOTAL A SER COBERTO</b>	<b>1.167.362,31</b>	<b>937.274,42</b>
<b>Superávits de Ativos Garantidores</b>	<b>261.284,67</b>	<b>74.729,42</b>

## 11. CONTINGÊNCIAS PASSIVAS E PROVISÕES TÉCNICAS JUDICIAIS

A Entidade é parte em processos judiciais envolvendo contingências relacionada a sinistro/benefícios e cíveis. A provisão para fazer face às prováveis perdas futuras é constituída mediante a probabilidade de insucesso nas ações. Baseadas na opinião do consultor Jurídico Interno e da Administração, classificando as contingências em provável, Possível e remota. Adicionalmente, os processos de natureza civil que são “Relacionados a Benefícios” estão contemplados na rubrica Provisões Técnicas de Sinistro a Liquidar, Valores a Regularizar e/ou Despesas Relacionadas.

	VALORES RELACIONADOS A SINISTROS A LIQUIDAR E OUTROS VALORES A REGULARIZAR				
	QTDE	VALOR RECLAMADO	VALOR EM RISCO	VALOR PROVISIONADO	VALOR PROVISIONADO/VALOR RECLAMADO
PROVÁVEL	116	6.479.652,91	84.853,15	84.853,15	1,31%
POSSÍVEL	8	92.105,07	4.218,10	2.109,05	2,29%
REMOTO	5	796.768,88	12.964.384,85	648.219,24	81,36%
<b>TOTAL</b>	<b>129</b>	<b>7.368.526,86</b>	<b>13.053.456,10</b>	<b>735.181,44</b>	<b>9,98%</b>

	NÃO RELACIONADOS A SINISTROS E BENEFÍCIOS				
	QTDE	VALOR RECLAMADO	VALOR EM RISCO	VALOR PROVISIONADO	VALOR PROVISIONADO/VALOR RECLAMADO
PROVÁVEL	489	26.331.024,26	1.180.722,53	1.180.722,53	4,48%
POSSÍVEL	750	109.942.597,56	1.395.219,12	-	0,00%
REMOTO	30	2.435.553,41	55.702,53	-	0,00%
<b>TOTAL</b>	<b>1269</b>	<b>138.709.175,23</b>	<b>2.631.644,18</b>	<b>1.180.722,53</b>	<b>0,85%</b>

## 12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

A Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido referente ao período de 2025, foi apresentada conforme a Circular SUSEP 648, de 12 de novembro 2021.

### 13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO AJUSTADO E SOLVÊNCIA

A seguir demonstramos o PLA e o CMR calculado de acordo com as normas legais e regulamentares vigentes nas respectivas datas de levantamento das demonstrações contábeis:

DESCRIÇÃO	31/12/2025	31/12/2024
	R\$	R\$
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>32.805.203,24</b>	<b>56.992.585,17</b>
Ajustes Contábeis	(552.472,26)	(655.998,57)
Ajustes associados à variação dos valores econômicos	3.883.837,11	4.086.267,40
Ajuste do excesso de PLA de nível 2 e 3	0,00	0,00
PLA de nível 1	32.067.253,53	56.151.109,15
PLA de nível 2	3.883.837,11	4.086.267,40
PLA de nível 3	185.477,45	185.477,45
<b>Patrimônio Líquido Ajustado - PLA</b>	<b>36.136.568,09</b>	<b>60.422.854,00</b>
Capital de Risco	13.984.294,82	18.387.963,98
Capital do risco de subscrição	995.379,57	723.526,49
Capital do risco de crédito	3.222.258,14	4.686.548,43
Capital do risco operacional	20.229,96	23.007,77
Capital do risco de mercado	12.418.741,23	16.345.584,41
Benefício da diversificação	(2.672.314,08)	(3.390.703,12)
<b>Capital Mínimo Requerido - CMR</b>	<b>13.984.294,82</b>	<b>18.387.963,98</b>
<b>(R\$) Suficiência de capital</b>	<b>22.152.273,27</b>	<b>42.034.890,02</b>
<b>(%) Suficiência de capital</b>	<b>158,41%</b>	<b>228,60%</b>

### 14. DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Detalhamos as rubricas das Demonstrações do Resultado:

	R\$	R\$
	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
<b><u>Rendas de Contribuições</u></b>	<b><u>7.392.123,50</u></b>	<b><u>6.088.410,71</u></b>
Planos de Pecúlio – Repartição Simples	7.392.123,50	6.088.410,71
<b><u>Sinistros Ocorridos</u></b>	<b><u>(92.716,02)</u></b>	<b><u>(167.678,63)</u></b>
Planos de Pecúlio	(40.467,74)	(32.277,19)
Variação da Provisão IBNR	(52.248,28)	(135.401,44)
<b><u>Custo de Aquisição</u></b>	<b><u>(1.241.676,92)</u></b>	<b><u>(908.869,22)</u></b>
Despesas de Custeamento de Vendas	(1.241.676,92)	(908.869,22)
<b><u>Outras Receitas/Despesas Operacionais</u></b>	<b><u>9.872.670,05</u></b>	<b><u>17.704.072,20</u></b>
Outras Receitas Operacionais (i)	9.872.670,05	17.704.072,20
<b><u>Despesas Administrativas</u></b>	<b><u>(24.731.681,67)</u></b>	<b><u>(19.399.405,94)</u></b>
Pessoal Próprio	(12.610.388,78)	(9.303.299,59)
Serviços de Terceiros	(6.970.553,28)	(5.081.751,46)
Localização e Funcionamento	(1.643.408,54)	(1.542.407,94)
Publicidade e Propaganda	(260.511,63)	(82.158,08)
Tributos	(391.214,29)	(1.648.861,84)
Publicações	0,00	(20.800,00)

Donativos e Contribuições	(133.728,90)	(83.598,09)
Administrativas Diversas	(2.721.876,25)	(1.636.528,94)
<b><u>Resultado Financeiro</u></b>	<b><u>(15.491.241,81)</u></b>	<b><u>26.425.484,03</u></b>
Receitas Financeiras	2.603.816,64	26.823.913,45
Despesas Financeiras	(18.095.058,45)	(398.429,42)
<b><u>Resultado Patrimonial</u></b>	<b><u>0,00</u></b>	<b><u>(554,40)</u></b>
Despesas Patrimoniais	0,00	(554,40)

- (i) Referem-se a valores recebidos pela prestação de serviços de arrecadação e cobrança.

#### 14.1 Composição das Receitas

Em 2025 pode ser percebido um crescimento relevante da participação da receita de contribuições em relação à receita total. Encerramos 2024 com um total de receitas de R\$ 23.792.482,91, onde a receita de previdência correspondia com 25,6% da receita total. Em 2025, tivemos um total de receita de R\$ 17.264.793,55, sendo que desses, R\$ 7.392.123,50 correspondem a previdência, o que levou essa receita a um patamar de 42,8% sobre o total da receita.

#### 15. ANÁLISE DE SENSIBILIDADE

A Análise de Sensibilidade prevista na legislação, determina que se faça um recálculo das operações considerando outros cenários. Dentre as variáveis possíveis, devido à natureza das operações da FUTURO Previdência, a variável que poderá impactar nos resultados finais é a Despesas Administrativas/Tributárias e Sinistralidade. Sendo assim, o Resultado do ano bem como o Patrimônio Líquido, com as alterações desta variável, seriam os seguintes:

<b>VARIÁVEL</b>	<b>ALTERAÇÃO</b>	<b>RESULTADO DO EXERCÍCIO</b>	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>
Despesas Administrativas/Tributos	5%	25.423.966,01	31.568.619,16
Sinistralidade	10%	24.196.653,53	32.795.931,64

#### 15.1 DESENVOLVIMENTO DE SINISTROS

Tomando por base o estatístico 379, o quadro de desenvolvimento de sinistros apresenta a evolução dos sinistros avisados nos últimos 4 anos. A instituição apresenta sinistralidade baixa, mas é possível verificar aumento em seus registros. O aumento expressivo no valor de provisão no ano de 2023, em comparação com o ano de 2022, é referente reavaliações de estimativa de um sinistro judicial.

##### Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL)

<b>Período</b>	<b>dez/22</b>	<b>dez/23</b>	<b>dez/24</b>	<b>dez/25</b>
Judicial	52.002,81	445.104,03	532.435,07	648.049,52
Administrativo	0,00	2.559,77	39.584,32	126.521,46
<b>Total</b>	<b>52.002,81</b>	<b>447.663,80</b>	<b>572.019,39</b>	<b>774.570,98</b>

Porto Alegre, 31 de dezembro de 2025.

GELINIBERTI  
FERNANDES DE  
AGUIAR:37031007704

Assinado de forma  
digital por GELINIBERTI  
FERNANDES DE  
AGUIAR:37031007704

Geliniberti Fernandes de Aguiar  
CPF: 370.310.077-04  
Diretor Presidente

CARLOS HUMBERTO  
BERNARDES  
MARSIGLIA:46855254004

Assinado de forma digital  
por CARLOS HUMBERTO  
BERNARDES  
MARSIGLIA:46855254004

Carlos Humberto Bernardes Marsiglia  
CPF: 468.552.540-04  
Diretor Financeiro

Assinado de forma digital por  
CARLOS HENRIQUE  
RADANOVITSCK:63044145015  
Dados: 2026.02.27 16:05:45 -03'00'

Carlos Henrique Radanovitsck  
MIBA - 1213  
Atuário

NEWTON AUGUSTO  
MELLO DE  
OLIVEIRA:80449913  
015

Assinado de forma digital  
por NEWTON AUGUSTO  
MELLO DE  
OLIVEIRA:80449913015  
Dados: 2026.02.27 13:20:15  
-03'00'

Newton Augusto Mello de Oliveira  
CRC/RS 084645/O-1  
Contador

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos  
Diretores e Conselheiros da  
**FUTURO PREVIDÊNCIA PRIVADA**  
Porto Alegre – RS

### Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **FUTURO PREVIDÊNCIA PRIVADA** (Entidade), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **FUTURO PREVIDÊNCIA PRIVADA** em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep).

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Outros assuntos

Chamamos a atenção para o disposto na nota explicativa no. 14.1, que apresenta a incidência de Outras Receitas Operacionais oriundas da prestação de serviços de correspondente bancário para outras entidades financeiras, em montante superior à receita de contribuições da Entidade. Com o intuito de atender ao disposto no artigo 36 da Lei Complementar 109/01, qual seja o objetivo principal é de instituir e operar planos de benefícios de caráter previdenciário, a Administração da Entidade estrategicamente vem trabalhando para elevar as receitas de contribuições em relação às demais receitas. Já no exercício de 2025 houve aumento da receita de contribuições em relação ao exercício de 2024, na ordem de 22%, correspondendo a 42,8% sobre a receita total, superior ao índice de 25% do exercício anterior.

### Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor.

A Administração da Entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão no processo de elaboração das demonstrações contábeis.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião.
- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações contábeis. Nesse contexto, é razoável que

assumamos que os usuários das demonstrações contábeis: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Entidade e a disposição para analisar as informações das demonstrações contábeis com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações contábeis são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas relevantes inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações contábeis.

- Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão dos procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão dos procedimentos adicionais de auditoria.
- A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações contábeis como um todo. A materialidade para a execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações contábeis como um todo, para reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações contábeis como um todo.
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude e erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 27 de fevereiro de 2026.

**TATICCA AUDITORES INDEPENDENTES S.S.**  
CRC 2 SP – 032367-O-1

**LUIZ FERNANDO  
SILVA**  
SOARES:1712699105  
3

**Luiz Fernando Silva Soares**  
Contador CRCRS no. 033964-O

Assinado de forma digital  
por LUIZ FERNANDO SILVA  
SOARES:17126991053  
Dados: 2026.02.27 13:35:27  
-03'00'



# AUDITORIA ATUARIAL INDEPENDENTE 2025 – FUTURO PREVIDÊNCIA PRIVADA

Parecer dos Auditores Atuariais Independentes

Fevereiro de 2026

MIRADOR 0415/2026

# PARECER DOS AUDITORES ATUARIAIS INDEPENDENTES

*Aos Administradores da  
Futuro Previdência Privada*

## **Escopo da Auditoria**

Examinamos as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da análise de indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da **Futuro Previdência Privada** (a seguir denominada “Entidade”), em **31 de dezembro de 2025**, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária (IBA) e com as normas e orientações da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP).

## **Responsabilidade da Administração**

A Administração da Entidade é responsável pelas provisões técnicas e pelos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da análise de indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária (IBA) e com as normas e orientações da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

## **Responsabilidade dos Atuários Independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados, relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária (IBA) e com base em nosso conhecimento técnico e experiência profissional. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante.

Em relação ao aspecto da solvência, nossa responsabilidade está restrita a adequação dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e do capital mínimo da Entidade e não abrange uma opinião no que se refere as condições para fazer frente às suas obrigações correntes e ainda apresentar uma situação patrimonial e uma expectativa de lucros que garantam a sua continuidade no futuro.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões

técnicas, da análise de indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera que os controles internos da Entidade são relevantes para planejar os procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

### Opinião

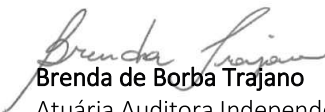
Em nossa opinião, as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da análise de indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da **Futuro Previdência Privada em 31 de dezembro de 2025** foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pelos órgãos reguladores e pelo Instituto Brasileiro de Atuária (IBA).

### Outros Assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Entidade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante.

Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

Porto Alegre, 26 de fevereiro de 2026.



**Brenda de Borja Trajano**

Atuária Auditora Independente - MIBA 2842  
CPF 029363920/55

### Mirador Assessoria Atuarial Ltda.

CIBA 84  
CNPJ: 04.941.624/0001-64  
Av. Padre Cacique, 320 – 3º andar, Porto Alegre, RS, 90810-240  
[mirador360.com.br](http://mirador360.com.br)

## FUTURO PREVIDÊNCIA - Parecer Auditores Atuariais - 2025.pdf

Documento número #3f73f429-c78d-4bab-84ae-2ae076dec398

Hash do documento original (SHA256): fe3513c60513983a3900efc44680922a83d8329a2a72e39f02fd4cb9f63b2437

### Assinaturas



**Brenda Trajano**

CPF: 029.363.920-55

Assinou em 26 fev 2026 às 19:31:23

### Log

- 26 fev 2026, 19:30:45 Operador com email brenda@mirador360.com.br na Conta f5baf620-5d48-497c-9680-49ef380e9ec6 criou este documento número 3f73f429-c78d-4bab-84ae-2ae076dec398. Data limite para assinatura do documento: 28 de março de 2026 (19:30). Finalização automática após a última assinatura: habilitada. Idioma: Português brasileiro.
- 26 fev 2026, 19:31:04 Operador com email brenda@mirador360.com.br na Conta f5baf620-5d48-497c-9680-49ef380e9ec6 adicionou à Lista de Assinatura: brenda@mirador360.com.br para assinar, via E-mail.
- Pontos de autenticação: Token via E-mail; Nome Completo; CPF; endereço de IP. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo Brenda Trajano e CPF 029.363.920-55.
- 26 fev 2026, 19:31:23 Brenda Trajano assinou. Pontos de autenticação: Token via E-mail brenda@mirador360.com.br. CPF informado: 029.363.920-55. IP: 177.26.70.108. Componente de assinatura versão 1.1393.0 disponibilizado em <https://app.clicksign.com>.
- 26 fev 2026, 19:31:23 Processo de assinatura finalizado automaticamente. Motivo: finalização automática após a última assinatura habilitada. Processo de assinatura concluído para o documento número 3f73f429-c78d-4bab-84ae-2ae076dec398.



**Documento assinado com validade jurídica.**

Para conferir a validade, acesse <https://www.clicksign.com/validador> e utilize a senha gerada pelos signatários ou envie este arquivo em PDF.

As assinaturas digitais e eletrônicas têm validade jurídica prevista na Medida Provisória nº. 2200-2 / 2001

Este Log é exclusivo e deve ser considerado parte do documento nº 3f73f429-c78d-4bab-84ae-2ae076dec398, com os efeitos prescritos nos Termos de Uso da Clicksign, disponível em [www.clicksign.com](http://www.clicksign.com).